

## NEGÓCIOS

# Americanas pede mais prazo

Empresa quer mais tempo para apresentar lista de credores. Maiores acionistas afirmam que desconheciam rombo de R\$ 20 bi

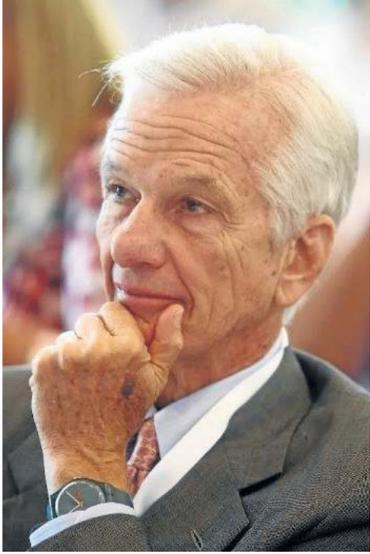
» MARCOS BRAZ\*

Americanas pediu mais 48 horas de prazo para apresentar à Justiça a lista completa com mais de 16,3 mil credores da empresa e a “discriminação específica do passivo” de cada um deles. Os advogados da companhia argumentam, em petição enviada à 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, que o prazo de 48 horas dado na sexta-feira para que a lista se tornasse pública não terminou ontem, mas vai até amanhã, quarta-feira.

Responsável pelo caso, o juiz Paulo Assed Estefan não teria especificado quando começava a contagem dos prazos, segundo a equipe jurídica da varejista, o que gerou divergências de interpretação entre advogados. O protocolo é que uma empresa, ao pedir recuperação judicial, já anexe ao processo a lista completa de credores. Mas como a Americanas requereu antecipadamente uma tutela cautelar preparatória de recuperação judicial, anexou apenas o que seria a “primeira parte” da lista, sem apontar todos os funcionários e fornecedores que têm dívidas a receber da companhia, nem os valores devidos a cada um.

A Lei de Recuperação e Falências (nº 11.101, de 2005), determina que os prazos nesse tipo de processos devem se dar em dias corridos, o que também consta de decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nesse mesmo sentido. Mas, no pedido enviado ao juiz, os advogados da Americanas argumentam que a contagem em dias úteis se baseia no parágrafo 1º do artigo 224 do Código de Processo Civil, que diz: “os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos

Arquivo Pessoal



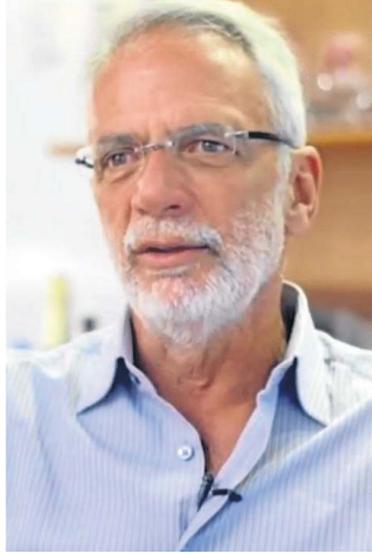
Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira: “Nem auditoria nem instituições financeiras denunciaram irregularidades”

para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica”. Na sexta-feira, foi feriado na cidade do Rio de Janeiro, sem atividade forense.

## Manobras

Enquanto a equipe jurídica trabalha pela extensão do prazo de entrega da lista, os principais acionistas das Lojas Americanas negam que tenham tido conhecimento antecipado dos problemas na empresa, que surpreendeu o mercado ao revelar um rombo de R\$ 20 bilhões no balanço. Em carta divulgada à sociedade no

Arquivo Pessoal



último fim de semana, os bilionários Jorge Paulo Lemann, Marcel Herrmann Telles e Carlos Alberto Sicupira, da 3G Capital, afirmaram que sempre pautaram sua atuação na ética e nos princípios da boa governança.

“Jamais tivemos conhecimento e nunca admitiríamos quaisquer manobras ou dissimulações contábeis na companhia. Nossa atuação sempre foi pautada, ao longo de décadas, por rigor ético e legal. Isso foi determinante para a posição que alcançamos em toda uma vida dedicada ao empreendimento de desenvolvimento do país”, diz a carta.

Os empresários também

Arquivo Pessoal



pontuaram, no documento, o fato de a Americanas contar com a auditoria do grupo Pricewaterhouse Coopers (PwC). Segundo eles, essa empresa é “uma das maiores e mais conceituadas do ramo”. “Ela (PwC), por sua vez, fez uso regular de cartas de circularização, utilizadas para confirmar as informações contábeis da Americanas com fontes externas, incluindo os bancos que mantinham operações com a empresa. Nem essas instituições financeiras nem a PwC jamais denunciaram qualquer irregularidade”, argumentam os bilionários.

Além da Americanas, o grupo 3G Capital é o principal acionista de companhias como a empresa do ramo de bebidas Ambev e

a rede de fast food Burger King. Na carta, Jorge Paulo Lemann, Marcel Herrmann Telles e Carlos Alberto Sicupira informam que um “comitê independente” irá apurar os fatos e buscar explicações sobre o rombo contábil. Esse grupo de análise, também irá “avaliar a eventual quebra de simetria no diálogo entre os auditores e as instituições financeiras”. Ao final da nota, os empresários lamentam “profundamente” as perdas sofridas pelos investidores e os credores da Americanas e reforçam o “empenho em trabalhar pela recuperação da empresa, com a maior brevidade possível”.

\* Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

## Ações de bancos caem

Principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), o Ibovespa caiu 0,27% ontem, aos 111.737 pontos. Mais uma vez, as ações de bancos foram novamente o destaque negativo da sessão, penalizadas pela exposição ao rombo bilionário da Americanas. Embora o índice tenha sustentado ganhos ao longo do dia, embalado pelo aumento dos preços de petróleo, declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o papel do BNDES reforçaram para o mercado o temor com a política econômica do governo, e levaram a Bolsa brasileira à segunda baixa seguida.

Após encontro com o presidente da Argentina, Alberto Fernández, Lula disse a empresários do país que o banco de fomento voltará a financiar projetos de engenharia para ajudar países vizinhos e empresas brasileiras que operam no exterior. A política foi adotada nos governos petistas e é mal vista pela maior parte do mercado. Na esteira das declarações, o Ibovespa tocou a mínima de 111.541 pontos, em queda de 0,45%. Durante a manhã, chegou à máxima de 113.061 pontos (+0,91%).

“As falas de Lula sugerem uma intervenção estatal direta nas empresas, e isso deixa o mercado em polvorosa, porque volta o filme antigo da Petrobras, dos fundos de pensão, na cabeça do investidor”, disse o economista-chefe da Frente Corretora, Fabrizio Velloni.

Principal responsável pela baixa do Ibovespa, o setor financeiro caiu 2,04%, pressionado pela exposição dos bancos ao rombo bilionário das Americanas. Críticas feitas na semana passada pelo presidente à autonomia formal do Banco Central também incomodam. Os papéis do Bradesco PN (-4,23%) e Santander (-4,08%) representaram, respectivamente, a maior e a terceira maior baixa do índice.

Em contrapartida, o aumento dos preços de commodities continuou a favorecer os papéis de empresas ligadas ao cenário externo. Os contratos futuros do petróleo fecharam com sinais divergentes, em um pregão marcado pela volatilidade com o fechamento dos mercados na China, Coreia do Sul e Taiwan, devido ao feriado de Ano Novo Lunar. Mesmo assim, a subida de 0,64% do Brent para março amparou os ganhos da Petrobras (+2,31% ON, +1,59% PN), que ajudou a limitar as perdas do Ibovespa.

## 24 milhões negociaram dívida

» MICHELLE PORTELA

O número total de contratos em atraso repactuados entre os usuários e o sistema bancário no período da pandemia, entre março de 2020 e novembro de 2022, chegou a 24,3 milhões, somando R\$ 1,3 trilhão em saldo devedor e R\$ 200 bilhões em parcelas suspensas. Os dados foram divulgados ontem pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Somente no último Mutirão de Negociação e Orientação Financeira, realizado em novembro de 2022, houve 2,3 milhões de contratos renegociados pelos bancos, trazendo alívio financeiro imediato para consumidores endividados. A rodada de negociação foi realizada em parceria

entre Febraban, Banco Central, Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e Procons de todo o país, e contou com a participação de pelo menos 160 bancos.

A média diária de contratos negociados nos 30 dias de mutirão (77,5 mil) em novembro foi 14% superior do que aquela verificada nos 25 dias do último mutirão de março de 2022 (68 mil). Para o presidente da Febraban, Isaac Sidney, esses dados evidenciam a forte demanda por essas iniciativas aos consumidores que buscam limpar o nome após a pandemia.

“Os bancos estão fazendo sua parte e não têm medido esforços para mitigar a questão do endividamento no país, estendendo prazos e oferecendo condições

especiais para evitar o agravamento da situação dos consumidores inadimplentes”, afirmou Sidney.

“O endividamento, por si só, não é ruim, pois o crédito, especialmente o crédito responsável e sustentável, é o motor da atividade econômica, mas o endividamento de risco, no qual as pessoas perdem a capacidade de honrar seus compromissos e de viver dignamente, merece toda atenção e precisa ser enfrentado de forma estrutural”, complementou.

O principal instrumento para a negociação das dívidas foi a plataforma *ConsumidorGovBr*, sistema criado pela Senacon. A cada 10 consumidores que recorreram à plataforma, oito tiveram a sua demanda solucionada.

Pixabay



Segundo a Febraban, pagamentos de R\$ 200 bilhões foram suspensos

## PETROBRAS

# Sem data para decidir troca de comando

» KELLY HEKALLY

O Conselho de Administração da Petrobras informou ontem ao **Correio** que não tem data para tomar uma decisão sobre a indicação do senador Jean Paul Prates (PT-RN) para a presidência da estatal. O nome do senador foi encaminhado à empresa pelo Ministério de Minas e Energia (MME), por meio de ofício, em 3 de janeiro. Há, contudo, a expectativa de que a deliberação ocorra em uma reunião do conselho prevista para o próximo dia 26.

Na última troca no comando da companhia, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2022, quando José Mauro Ferreira Coelho foi substituído por Caio Mario Paes de Andrade, o conselho levou cerca de 30 dias para referendar a indicação, entre o encaminhamento pelo MME, a análise de órgãos específicos da estatal e a aprovação final.

Na ocasião, Andrade, que

renunciou ao cargo no início deste mês, teve sete votos a favor e três contrários. À reportagem, a assessoria de imprensa da Petrobras disse que “qualquer novidade sobre esse assunto será divulgada por meio de comunicado ao mercado”.

A indicação de Prates deve ser analisada, inicialmente, pelo Background Checking de Integridade (BCI), com auxílio de setores afins da estatal. Considerando a data da indicação, essa fase chegou ontem a seu prazo máximo, de 20 dias. Na sequência, o Comitê de Pessoas (Cope) se reúne para avaliar a adequação do senador ao cargo.

De acordo com o Estatuto Social da Petrobras, o Cope tem oito dias úteis, prorrogáveis por mais oito, para se manifestar. Após as três etapas citadas é que o processo, uma vez bem-sucedido, avança para que o Conselho de Administração da estatal marque uma reunião extraordinária para votar a indicação. Pelo estatuto,

o presidente da companhia é também membro do Conselho de Administração. Atualmente, João Rittershausen é presidente interino.

Jean Paul Prates, que já se pronunciou contrariamente à privatização da Petrobras, foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o cargo, contando, entre outros pontos, com a experiência do senador como presidente da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia (FPRNE), instalada em 2021 com o objetivo de unificar o debate sobre energia no Congresso Nacional.

O parlamentar já relatou projetos no Senado na área de petróleo e gás, a exemplo da proposição de criação de um fundo subsidiário que atuaria quando preços de combustíveis subissem, aliviando o bolso do consumidor. O projeto aguarda discussão na Câmara dos Deputados, onde encontrou resistência para avançar.

Gerald Magela/Agência Senado



O senador Jean Paul Prates (PT-RN) foi indicado há 20 dias para a presidência da estatal